

Miguel Cadilhe
para Expresso de 28 07 18

O interior de Portugal avistado de Nova Iorque

Aprecio as crónicas do Expresso de Luís Cabral (LC), prestigiado professor da Universidade de Nova Iorque. Desta vez, porém, lamento discordar profundamente do seu artigo “O interior de Portugal”, porque não está bem o que LC diz das ideias do ex Movimento pelo Interior, exMPI, e não está bem o modo como o diz. Escrevi a LC logo no dia seguinte, foi um longo email e longa foi a resposta que recebi, facto que registo de bom grado. Se mesmo assim publico este resumo, não o faço por mim, faço-o pelas ideias do exMPI.

O magistral uso de conceitos como externalidades, falhas de mercado, racionalidade económica, etc, convence o leitor. Contudo, por vezes os conceitos atraíam-nos. E por vezes nem damos por ela. Por vezes, por exemplo, a “racionalidade” é uma armadilha dos economistas. Por vezes, a “racionalidade” é o melhor aliado da má tecnocracia.

Não menosprezo a boa tecnocracia. Mas peço desculpa por extremar (sei que LC não pensa assim) o que, no artigo, LC louva da “concentração populacional”. A racionalidade e a tecnocracia poderiam aliar-se e escolher concentrar os nossos dez milhões de habitantes em uma única área metropolitana do país. Ainda que fosse bastante menor do que a região metropolitana de Nova Iorque, Portugal passaria a ser uma das grandes metrópoles do mundo, todo o resto nacional vazio de gente. Eis a racionalidade em todo o seu esplendor, ou não? Claro que não, dirá o leitor. Dos pontos de vista histórico, social, humano, a solução seria abominável e acarretaria descomunais custos, seria contrária ao desenvolvimento autêntico. Todavia, na sala de aula e *caeteris paribus*, a dita racionalidade da “concentração populacional” suportaria a má tecnocracia.

Por falar em desenvolvimento... É evidente que o exMPI usou as palavras desenvolver e desenvolvimento no seu sentido mais qualitativo e mais multi-dimensional, que aliás é o que deve ser, segundo as teorias do desenvolvimento. Por conseguinte, é simplesmente deslocado classificar como “conceptualmente vazia” uma passagem do relatório em que o exMPI contrapõe a ideia de desenvolvimento à ideia de “concentração populacional”.

As propostas do exMPI diferem muito das medidas do Governo anunciadas há dias. Diferem em grau, em alcance, em número, em selectividade, em radicalismo. É outra escala. É, pois, uma espantosa simplificação LC dizer que são propostas “semelhantes”. Dos três eixos do exMPI, o da política fiscal esteve a meu cargo, o

fundamento consta de vinte páginas do relatório que se pode ver em www.movimentopelointerior.org

O Governo não acolheu as sugestões fiscais do exMPI, portanto, quanto a semelhanças, pelo menos estas, estamos conversados. O Governo foi por outro caminho de que aguardo pormenores, mas entrevejo o interior enganado, mais uma vez.

Quanto à “ineficácia” das soluções do exMPI, que LC não fundamenta mas, em genérico, sentencia, talvez a parte fiscal pudesse merecer uma aproximação pela “teoria dos jogos” que LC tanto cultiva. Por exemplo, poderia imaginar um ‘jogo’ de captação de um grande investimento. O investidor investe no litoral, ou no interior, ou desiste do nosso país. O investidor sabe que, na versão do exMPI, o Estado o inclui ou exclui do “regime contratual de investimento”, conforme a localização. Além disso, o investidor sabe do “IRS 20%” que permite atrair talentos para o interior.

Certamente o ‘jogo’ mostraria a LC que a política fiscal do exMPI faz todo o sentido. E depois, a lógica do exMPI reside nisto: os novos projectos de investimento empresarial, competitivos, podem trazer ao interior valiosos efeitos de “arrastamento” económico, social, institucional (tribunais, GNR, correios, bancos, centros de saúde, escolas, cultura).

No artigo LC critica o exMPI por falar em “graves desigualdades” dos territórios. Com certeza que as desigualdades territoriais podem ser menos graves do que desigualdades de outra natureza. Ou mais graves. Chamar-lhe “erro conceptual perigoso”, é que não parece aceitável. Esse é um juízo de LC discutível e dificilmente demonstrável. É do tipo “boomerang”, pode ferir o julgador.

Já agora, um “erro conceptual perigoso” pode existir, aí sim, quando LC usa o rácio de “poluição *per capita*”. O rácio pode ser um sofisma, em dadas condições. Mesmo sem população, existe poluição. Se os habitantes diminuírem, o rácio poderá subir, por força do denominador. Uma vila despovoada do interior pode exhibir maior rácio do que uma cidade do litoral.

Em suma, o universitário que admiro revela-se categórico. Afirma que o exMPI e o Governo têm diagnóstico e soluções semelhantes. Afirma que o diagnóstico está equivocado. Afirma que as soluções são ineficazes. Afirma que não há racionalidade económica. Tudo apontado com artigos definidos, para não deixar nada de fora, tudo em teor incompreensivelmente destrutivo, tudo absoluto, tudo metido num só embrulho. Entretanto, no email de LC tudo se relativiza, tenho pena que a pública defesa das ideias não me deixe alternativa.